

A nova cara do negacionismo climático¹

Claudio Angelo²

Tem sido dura a vida dos negacionistas do clima. Em 2016 eles viram o ano mais quente da história dizimar recifes de coral muito antes do previsto pela ciência. Em 2017, uma sequência mortífera e sem precedentes de superfuracões no Caribe. Em 2020, um quarto do Pantanal virou fumaça. Em 2021 houve as enchentes na Alemanha e na China e os incêndios na Grécia e na Turquia. Em 2022, um terço do Paquistão submerso. E aí veio 2023. E depois 2024 e o Rio Grande do Sul. A lorota do “não existe aquecimento global”, usada desde os anos 1990 para impedir a ação climática, não resiste mais a uma espiada pela janela. E agora?

Infelizmente o lobby dos combustíveis fósseis sempre inventa maneiras criativas de preservar o próprio lucro às expensas da humanidade. Novos argumentos vêm sendo circulados para permitir a expansão das energias sujas pelas próximas décadas, até que não haja mais mercado para elas e que seja tarde demais para estabilizar o aquecimento da Terra abaixo de 1,5° C. Um deles, que tem feito sucesso no Brasil, é o de que precisamos do dinheiro do petróleo para bancar a transição para a energia limpa.

É a cartada retórica favorita do ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, e do presidente do BNDES, Aloizio Mercadante. É repetida pelos chamados “liberais”, mas também por gente do campo progressista e dos partidos de esquerda, contaminados pela lógica setentista do desenvolvimento baseado em hidrocarbonetos - o tal “passaporte para o futuro”.

Recentemente um grande jornal conservador defendeu essa tese num um editorial que não passaria no kit detector de mentiras de Carl Sagan. Apela a consequências adversas inverificáveis (uma suposta perda futura de trilhões em arrecadação), exclui meios-termos (ou exploramos tudo ou morremos pobres), nega a própria crise climática (ao dizer que o petróleo é “letal” apenas “no

¹ Artigo publicado em Valor Econômico. Disponível em:

<https://valor.globo.com/opiniao/coluna/a-nova-cara-do-negacionismo-climatico.ghtml>

Acessado em 24.05.2024

² Coordenador de Política Internacional do Observatório do Clima

futuro”) e faz um ataque ad hominem aos ambientalistas (“radicais”, como sempre).

O problema dessa história linda de petróleo bancando a transição é que ela não está acontecendo. No ano passado, num seminário no BNDES, o economista-chefe da Agência Internacional de Energia, Tim Gould, lembrou que apenas 1% dos investimentos em energia limpa feitos no mundo vêm de empresas de óleo e gás. E não é que esteja faltando dinheiro para as petroleiras, que após a invasão russa da Ucrânia vêm registrando recordes sucessivos de lucro. O consórcio Climate Action Tracker mostrou em 2022 que apenas quatro países do mundo (Reino Unido, Bulgária, Itália e Romênia) taxaram os lucros extraordinários para bancar energia limpa. Como o presidente Lula aprendeu pela dor recentemente, mexer nos dividendos dos acionistas dessas empresas ainda é tabu - que dirá fazê-lo para investir em painéis solares.

No Brasil, desde 2009 há previsão legal de usar recursos de royalties e participação especial de óleo e gás para investir em adaptação e mitigação da mudança do clima. A Lei 12.114, que criou o Fundo Clima, previa que 60% dos recursos de participação especial destinados ao Ministério do Meio Ambiente fossem abastecer o fundo. No ano seguinte, a Lei 13.351, que criou o Fundo Social do Pré-Sal, o fundo soberano brasileiro, estabeleceu que adaptação e mitigação climáticas seriam uma das rubricas de destinação dos recursos. Segundo o Inesc, em 12 anos, de 2010 a 2022, o Fundo Clima recebeu uma média de R\$ 216 milhões por ano em recursos de petróleo. Somente com a emissão de títulos verdes, no ano passado, o governo levantou R\$ 10 bilhões para o fundo.

E o próprio Fundo Social recebeu menos de 10% dos R\$ 53 bilhões captados em royalties em 2023 (a maior parte do dinheiro vai para Estados e municípios e acaba tapando buracos de folha de pagamento, previdência e eventualmente recheando o bolso de políticos). Segundo o Tribunal de Contas da União, dos R\$ 146 bilhões já captados pelo fundo, 44% foram desviados para pagar dívida pública. Isso talvez ajude a explicar por que, mesmo tendo bamburrado com petróleo desde a descoberta do pré-sal, o Brasil mantém índices imorais de educação e saúde e patina no IDH.

Compare-se o Fundo Social aos valores que a Petrobras aplica na exploração de combustíveis fósseis: US\$ 78 bilhões (R\$ 390 bilhões) entre 2023 e 2027 segundo o Fakebook.eco, sendo que 94,7% do montante está destinado a manter e expandir a produção de petróleo, gás e derivados. Ora, se as mudanças climáticas não começaram com a eleição de Lula e se o arcabouço legal já existe, por que, mesmo nos anos de maior lucro da história da Petrobras, o dinheiro não está indo para a descarbonização, para a requalificação de trabalhadores e para a diversificação da Petrobras? Por que é preciso esperar a abertura de uma nova fronteira de hidrocarbonetos, a Margem Equatorial, para só então começar a aplicar os recursos na transição?

A quem ousa objetar, a turma levanta sempre o exemplo da Noruega, país que de fato criou um fundo soberano com recursos de royalties de óleo e que hoje banca, com seus rendimentos, iniciativas verdes mundo afora - inclusive o Fundo Amazônia. O fundo norueguês, estabelecido dois anos antes da assinatura da Convenção do Clima da ONU, é uma exceção que prova a regra. Hoje ele investe em empresas de tecnologia e, veja só, há quase uma década passou a desinvestir em carvão mineral.

À aritmética generosa dos que estimam em R\$ 5 trilhões as receitas futuras de petróleo do Brasil e em 35 anos o tempo que teremos para vender os recursos que porventura extrairmos contrapõe-se a contabilidade implacável da atmosfera. Segundo a Agência Internacional de Energia, o único cenário energético possível para dar a humanidade uma chance de mais de 66% de estabilizar o aquecimento global em 1,5° C, como preconiza o Acordo de Paris, é aquele no qual nenhum projeto novo de combustíveis fósseis é licenciado no mundo após 2021, a produção de veículos a combustão é zerada em 2035 e a demanda por petróleo cai de 93 milhões para menos de 25 milhões de barris por dia em 2050. O Brasil acha que responderá por grande parte dessa demanda remanescente, mas se esqueceu de combinar com os árabes, os EUA, o Reino Unido, a Rússia, o Canadá e a Noruega, que também pensam a mesma coisa.

Se tudo der muito certo para a humanidade, todos esses países terminarão com imensos ativos em hidrocarbonetos encalhados diante de reduções brutais de demanda já nos próximos dez anos. Pelo mesmo raciocínio, se tudo der certo para os petroleiros é sinal que deu errado para a Terra.

As empresas de petróleo parecem trabalhar com um orçamento de carbono paralelo, no qual o estouro da meta de 1,5° C já está precificado e o mundo rumo para os 2°C (no mínimo). É só nesse cenário que ainda existe espaço para novos projetos de óleo e gás. Com tudo o que sabemos hoje e com a crise climática dando sinais de que mudou de patamar a partir de 2023, apostar nessa possibilidade significa que a última seca da Amazônia e a enchente do Rio Grande do Sul terão sido aperitivos leves dos eventos extremos que nos aguardam.